d) A presente licença deverá ser revista um ano após a sua concessão.

2 — O exercício dos direitos conferidos por esta licença está permanentemente dependente da posse de um certificado de operador aéreo válido.
3 — Pela concessão da presente licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido na parte I da tabela anexa à Portaria n.º 606/91, de 4 de Julho.
4 — A presente licença produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República.*

9 de Março de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Amândio Dias Antunes.*

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

Despacho n.º 8845/2007

Atento o disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no uso dos poderes que me foram conferidos pela deliberação n.º 9/2007:
1 — Subdelego no Dr. Liduíno de Matos Borges, responsável pela Divisão Administrativa e Financeira da Delegação dos Portos do Centro do IPTM, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito da Delegação:

a) Assinar o expediente, despacho e correspondência relativos a assuntos correntes e de gestão administrativa e financeira;
b) Aprovar os planos de férias do pessoal;
c) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
d) Autorizar as deslocações em serviço dentro do território nacional, bem como os correspondentes abonos de ajudas de custo e transporte, nos termos legais, com exclusão da utilização de avião no continente;
e) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos e dentro dos limites legais;
f) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5000.

2 — O presente despacho reporta os seus efeitos a 12 de Fevereiro de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

14 de Março de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Natércia Cabral.*

Despacho n.º 8846/2007

Atento o disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no uso dos poderes que me foram conferidos pela deliberação n.º 9/2007:
1 — Subdelego no Dr. Carlos Alberto Vieira Rocha, responsável pela Divisão Administrativa e Financeira da Delegação dos Portos do Norte do IPTM, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito da Delegação:

a) Assinar o expediente, despacho e correspondência relativos a assuntos correntes e de gestão administrativa e financeira;
b) Aprovar os planos de férias do pessoal;
c) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
d) Autorizar as deslocações em serviço dentro do território nacional, bem como os correspondentes abonos de ajudas de custo e transporte, nos termos legais, com exclusão da utilização de avião no continente;
e) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos e dentro dos limites legais;
f) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5000.

2 — O presente despacho reporta os seus efeitos a 12 de Fevereiro de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

14 de Março de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Natércia Cabral.*

Despacho n.º 8847/2007

Atento o disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no uso dos poderes que me foram conferidos pela deliberação n.º 9/2007:
1 — Subdelego na Dr.ª Amélia Maria Adrião Guia Moreira Baptista, responsável pela Divisão Financeira da Delegação dos Portos do Sul do IPTM, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito da Delegação:

a) Assinar o expediente, despacho e correspondência relativos a assuntos correntes e de gestão administrativa e financeira;
b) Aprovar os planos de férias do pessoal;
c) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
d) Autorizar as deslocações em serviço dentro do território nacional, bem como os correspondentes abonos de ajudas de custo e transporte, nos termos legais, com exclusão da utilização de avião no continente;
e) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos e dentro dos limites legais;
f) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5000.

2 — O presente despacho reporta os seus efeitos a 12 de Fevereiro de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

14 de Março de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Natércia Cabral.*

Listagem n.º 136/2007

Em cumprimento do estabelecido no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista das empreitadas adjudicadas durante o ano de 2006 pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., com indicação dos respectivos valores envolvidos, formas de atribuição e entidades adjudicatárias:

Número	Designação da empreitada	Firma adjudicatária	Forma de atribuição	Valor sem IVA (euros)
1	Acessibilidade marítima às infra-estruturas portuárias da 2.ª fase do porto de pesca de Peniche.	OFM — Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S. A.	Concurso público	1 235 950,44
2	Empreitada de construção das infra-estruturas da 2.ª fase do porto de pesca de Peniche — 1.ª etapa.	Lena — Engenharia e Construções, S. A./SETH — Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos.	Concurso público	3 379 000
3	Reabilitação do molhe sul e molhes de guiamento do porto da Figueira da Foz.	CPTP — Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S. A./ETRMAR — Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.	Concurso público	5 188 000
4	Empreitada de estabilização do suporte adjacente à Capela de Santo António, no porto da Ericeira.	ANCORPOR, Geotecnia e Fundações, L.da	Concurso por negociação.	73 032